

A PARAÍBA NO CONTEXTO DA DÉCADA DE 1960: A POSIÇÃO DO ESTADO FRENTE AS LIGAS CAMPONESAS

Railane Martins de Araújo
Mestranda em História (UFPB)

Resumo:

A década de 1960, especialmente o ano de 1963, foi marcada pela pulverização de contestações sociais e políticas, advindas de diversos setores, estudantes, trabalhadores urbanos, partidos de esquerda, camponeses. Esses últimos, articulados no movimento conhecido como Ligas Camponesas, adquiriram, implicações apontadas como revolucionárias e ameaçadoras da ordem nacional. Sendo assim, buscamos compreender como se desenrolaram tais tensões no Estado da Paraíba, sobretudo, no que toca a relação entre o Estado e os camponeses. Focamos nosso olhar nos debates que se lançaram na sociedade sobre a legalidade do movimento, bem como nos discursos que associavam os camponeses com os comunistas. A possível aproximação das Ligas com o comunismo colocava o movimento sob os olhos atentos do governo, o qual passava a difundir a “necessidade urgente” da reforma agrária para que o “pior não acontecesse”. Utilizaremos como fontes para a percepção desses debates, o jornal estatal A União.

Palavras Chaves: Ligas Camponesas, Reforma Agrária e Manutenção da Ordem.

Ao analisarmos as discussões políticas que atravessaram a Paraíba na década de 1960, em meio ao governo de Pedro Gondim, sobretudo no intervalo 1961-64, nos deparamos com uma conjuntura de intensos debates e projetos de reforma social.

No Estado paraibano, assim como em todo o país, o desenrolar dos acontecimentos que marcavam o cenário político nacional eram acompanhados com atenção. O Governador não silenciava diante das ameaças de um Golpe Militar; ao contrário, assumia, em nome do *povo* paraibano, a defesa das instituições democráticas.

Após a renúncia de Jânio Quadros e definida a regulamentação do sistema parlamentarista, como alternativa possível naquele momento, Gondim se mantém ao lado de Jango, sobretudo em defesa do retorno ao presidencialismo e da execução das reformas de base urgentes.

Com relação ao projeto de Reforma Agrária, as esperanças da população agrária paraibana eram crescentes. No entanto, diferentemente do discurso de radicalização assumido por outros Estados, como o vizinho Pernambuco, o Governador Pedro Gondim apresentava a necessidade da moderação. O radicalismo era encarado com um destoante na postura política pacífica dos paraibanos, de modo que o chefe do Executivo apelava para o bem senso na aprovação do projeto, devido ao acirramento dos ânimos entre os trabalhadores e os proprietários.

Em um de seus editoriais, sob o título de “O Governo e a Questão Agrária”, *A União* transmite o contexto nacional, convulsionado pelos debates sobre as reformas, ao mesmo tempo em que desenha um panorama para a situação local. O texto aponta que

Como o assunto do momento, o prato do dia na política brasileira, é a reforma agrária, tornado tema obrigatório dos debates e discussões, tanto na imprensa, como nas tribunas populares, e das Casas Legislativas, a Paraíba, por seu Governo e por seu povo, não poderia ficar alheia e distanciada de tão momentosa e importante questão ...

Embora não exista no nosso Estado um clima de agitação e efervescência permanentes, com atritos constantes, invasões diárias de propriedades e engenhos e amiudados choques entre camponeses e senhores de terra, como vem acontecendo em Pernambuco e em outras unidades federadas, do Nordeste e do Sul, temos pago (naturalmente, em menores proporções) o nosso tributo de sacrifício e até de sangue, com prejuízos de preciosas vidas humanas, imoladas nos embates e lutas, naturais, infelizmente, nessas disputas e conflitos ideológicos e sociais .

Notamos nesse editorial a presença da negação total de um possível “clima de agitação” no Estado, apesar do reconhecimento que vidas estavam sendo ceifadas com os choques entre proprietários e camponeses.

A narrativa feita pelo Jornalista Severino Ramos (1989), sobre os acontecimentos desse período no estado contradiz o discurso de tranqüilidade das relações no campo apresentado pela folha, bem como a aparente *ordem* mantida na Paraíba. A propósito dos incidentes, temos segundo Ramos (1989:127), após a morte de João Pedro Teixeira, ocorrida em 1962 , o acirramento dos conflitos entre camponeses e proprietários de terras, perceptível através de diferentes episódios. O autor aponta que

Nenhuma trégua foi conseguida entre donos de terra e agricultores desde o acirramento das tensões a partir do assassinato de Pedro Teixeira. Com a omissão das autoridades, cada facção procurava resolver os problemas a sua maneira, tendo por base a lei do mais forte. Deste modo, acentuaram-se as derrubadas dos casebres dos moradores das fazendas, agora não mais por capangas ou sicários de aluguel, porém pelos próprios fazendeiros que empreendiam freqüentes incursões noturnas a fim de expulsarem, pela força, elementos que consideravam indesejáveis por serem ligados às Ligas Camponesas ou serem delas simpatizantes ...

Os últimos meses da administração de Jango foram marcados pela intensificação dos debates em torno das reformas. O Nordeste passava, progressivamente, a se associar a idéia de subversão e revolução . Na Paraíba, como no cenário regional, os ânimos se exaltavam cada vez mais, e, neste sentido, *A União* passou a incorporar um clima de intranqüilidade em suas enunciações, sem contudo, negar a existência de uma relativa conjuntura ordeira mantida pelo poder executivo. Em editorial de 23 de agosto *A União* apresenta que

Continua em crescente ebulição e efervescência o clima quase revolucionário, implantado na região nordeste, onde, com raras exceções, se criou um ambiente de subversão, de manifesta hostilidade, de insegurança e de iminente perigo, tanto para a população, como para as instituições democráticas.

(...)

Embora reine e se positive na Paraíba, um clima de harmonia, de paz, de ordem e de respeito, implantado pela ação moderada, vigilante, moralizadora e enérgica, quando necessário, do Governador Pedro Gondim, muito nos intranqüiliza, inquieta e alarma essa progressão subversiva que se alastra pelo nordeste subdesenvolvido e que figura, por isso mesmo, como uma presa fácil e um campo ideal a ação dos agitadores, inimigos da democracia e da Pátria,

interessados na confusão e na anarquia generalizada, porque para eles “quanto pior melhor”. (grifos nossos) (A UNIÃO, 23 de ago. 1963, p.3).

O Jornal *A União* transmitiu ainda uma entrevista coletiva do Governador Pedro Gondim, dias depois da chacina ocorrida em Mari. Nesta coletiva, o Governador foi inquirido pelo próprio jornalista Severino Ramos acerca dos acontecimentos recentes no Estado. Vejamos a pergunta do Jornalista e a posição do Governador:

Abrindo o debate, perguntou o jornalista Severino Ramos, do “Correio da Paraíba”, depois de falar da dificuldade de se prever um acontecimento como o de Mari, quais as providências que o Governador tem adotado no sentido de evitar a repetição dos fatos e se via alguma perspectiva de agravamento do problema social no campo em nosso estado.

Em nenhuma oportunidade – disse o Governador – a Secretaria de Segurança deixou de tomar na devida conta a denúncia ou apelo de providências. Lógico que se faz necessário que tudo isso seja formulado a tempo e objetivamente. Mas em reunião que tive aqui, fosse com camponeses, fosse com proprietários, sempre salientei essa necessidade. Acontece é que raramente somos procurados com a devida antecipação para podermos contrapor ação mais eficiente, capaz de prevenir os fatos.

Esse incidente em Mari revelou a fragilidade de um discurso de *ordem* e de controle da situação que até então vinha sendo difundido pelo Estado.

Afora o clima de confronto reinante no Nordeste, no plano nacional, as Reformas de Base continuavam esbarrando nas posições dos congressistas. O presidente Jango cada vez mais se via empurrado para a esquerda, o que tornava sua administração ainda mais intolerável aos grupos conservadores.

Toda essa atmosfera de intranquilidade e de instabilidade política que perpassou a política nacional se desdobrou de forma intensa na Paraíba, sobretudo no concernente a urgência de medidas para sanar o caos no campo. Os camponeses, associados as Ligas, passavam a ser alvo das constantes investidas dos partidos de esquerda, sobretudo o comunista, ao mesmo tempo em que despertavam a atenção de setores conservadores, como a classe média e a Igreja Católica.

As Ligas Camponesas surgiram em meados da década de 1940, em um contexto de intenso debate social, sobretudo no concernente às desigualdades econômicas. As contestações que insurgiam no campo denunciavam o relativo descaso com que o poder público tratava o espaço rural, ao mesmo tempo em que alvejava as relações de trabalho presentes nas propriedades, as quais não tinham regulação de leis trabalhistas, ficando a cargo dos desmandos dos proprietários da terra.

A organização que se tornaria posteriormente as Ligas Camponesas surgiu a partir da experiência de associações de moradores rurais. A primeira associação se formou em Pernambuco, no Engenho Galiléia, no ano de 1946, sendo composta por cerca de 140 famílias. O objetivo inicial desse ajuntamento de trabalhadores rurais era assistir às famílias organizadas, suprimindo necessidades básicas das famílias vinculadas às Associações e não debater questões

de reforma na estrutura agrária do país. A Associação legalizou-se como Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) .

Assim, contrapondo-se ao desenvolvimento urbano e ao mesmo tempo denunciando as mazelas do campo, se fortalece, sobretudo na década de 1960, no Nordeste brasileiro, o movimento que ficaria internacionalmente conhecido como *Ligas Camponesas*. Vale ressaltar que desde J.K. as tensões do campo já despertavam as atenções do Governo Federal, o que pode ser interpretado como o receio de uma articulação dos camponeses com movimentos de cunho *revolucionário*, aos moldes da Revolução Russa.

Após João Goulart assumir o poder, sob forte tensão e resistência das alas conservadoras da sociedade, o Movimento das Ligas vai gradativamente adquirindo uma conformação “ameaçadora”, sobretudo para os interesses dos proprietários de terra que se viam pressionados por propostas de Reforma Agrária. Nesse sentido, destacaremos a forma como se deram as aproximações entre o Estado paraibano e os camponeses.

Durante as décadas de 1950-60, em meio ao discurso do nacional desenvolvimentismo, crescia a denúncia sobre as contradições no universo rural do país. Essas denúncias, ao emergirem em âmbito nacional, acabavam por deformar o projeto de desenvolvimento econômico orquestrado pelo Estado, principalmente no Governo de Juscelino. A aparição em esfera nacional e internacional da situação em que vivia o homem do campo no Nordeste brasileiro traz à tona a discussão sobre a dualidade e discrepância existente entre o universo rural e o urbano, entre o campo e a cidade.

Os camponeses viviam atrelados a obrigações, interpretadas por alguns autores como “semifeudais”, pois eram obrigados a “ofertar”, ao proprietário da terra dias de trabalho – o chamado cambão – além de pagar aluguel das terras que utilizavam – prática conhecida como foro. Os camponeses estavam submetidos também ao barracão, que usurpava boa parte de seus salários, e ao pulo de vara , dentre outros abusos. O que permitia esse tipo de relação entre proprietários e camponeses era o fato de não existirem medidas, nem instrumento institucionais que mediassem as relações de trabalho no campo, o que não dava garantias ou segurança aos camponeses, deixando-os ao bel prazer dos proprietários de terras.

A transformação das SAPPPs em Ligas Camponesas ocorreu ainda em Pernambuco. Esse deslocamento de uma entidade assistencialista em um organismo de reivindicação política, no sentido partidário do termo, resultou em uma nova configuração para o movimento. A necessidade de legalização da instituição levou os camponeses a se aproximarem de Francisco Julião, deputado estadual e advogado, que legalizou as Associações e garantiu assessoria jurídica aos integrantes destas. Posteriormente, estabeleceram contatos com os sindicatos, com os partidos, especialmente o Partido Comunista, com estudantes, profissionais de outros setores e com a sociedade em geral. Neste percurso, os objetivos do movimento foram se alterando e as

Ligas passaram a lutar por reformas sociais, dentre as quais se destaca, pelo impacto que gerou, a Reforma Agrária.

Sobre a expansão das Ligas de Pernambuco para todo o Nordeste, Montenegro (2003:256) afirma que: “*A mobilização dos camponeses de Galiléia torna-se, nos últimos anos da década de 1950, um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outros representa o avanço do comunismo e a ruptura da pax agrária*”.

O mundo capitalista e a sociedade conservadora não escondiam o receio e o temor com que encaravam o movimento articulado pelos camponeses. O “fantasma” comunista que rondava a América Latina no período da Guerra Fria gerou sobre as Ligas uma série de resistências e oposições. A cada momento que era identificada com as esquerdas radicais, as Ligas passavam para o lado obscuro das organizações sociais, sendo portanto, rotulada de *subversiva* e *revolucionária*.

Sendo assim, é a partir da inclinação política do Estado para o meio rural que encontramos a relação de Gondim com os camponeses. No entanto, o Governador, anteriormente ao período de efervescência das Ligas, já demonstrava interesse pelo campo. Contudo, a atenção com esses sujeitos, ainda no governo interino, era envolta na perspectiva de assistencialismo e supressão de necessidades imediatas, visto que no ideário do Estado os camponeses representavam uma massa de “flagelados”. Já nos anos 1960, pela conjuntura do período, os camponeses passavam a serem encarados como trabalhadores rurais, e não como mazeados.

A postura adotada pelo governador paraibano, percebida através dos discursos difundidos pelo jornal do Estado, apresenta uma clara defesa *da ordem, da paz e das instituições*. Ao mesmo tempo Gondim advoga a legalidade política, bem como o direito desses sujeitos expressar suas reivindicações, tendo em vista o regime democrático em vigor.

O Governador chamava para o Estado a identificação com o movimento das Ligas, identificação voltada para a compreensão dos motivos das lutas camponesas, mas não exatamente para as práticas desenroladas ao longo do processo que acompanhou o crescimento do movimento, ou seja, Gondim dizia comungar com os camponeses as razões de suas revoltas diante da precária situação de vida e de trabalho na qual estes indivíduos viviam. No entanto, não era adepto da violência, tão pouco da “revolução”; afirmava que a *ordem* deveria estar acima de todas as lutas, e que o Estado apoiaria os camponeses, assegurando, contudo, em primeiro lugar, a tranqüilidade pública, lidando de forma serena com os acontecimentos e com as decisões cabíveis ao Governo.

Sendo assim, a posição assumida pelo Governador Pedro Gondim em defesa do homem do campo e no empenho para solucionar os problemas dos moradores do Nordeste é apresentada por *A União* sob uma dupla perspectiva: de um lado destacar o desempenho administrativo de Gondim, e por outro ressaltar sua destacada sensibilidade para o trato com o problema agrário da região.

Com relação a organização dos camponeses em torno das Ligas, Gondim ressaltava a contribuição que a negligência do Estado forneceu para que tal associação fosse concretizada e estivesse a assumir tão significativas proporções. Nas palavras de *A União*, Gondim apresentou que

Na Paraíba – advertiu o Governador – mais de 14 mil trabalhadores e lavradores rurais já buscaram a insipiente organização das Ligas Camponesas como forma associativa de condução da defesa de seus interesses. E essas sociedades civis – são ainda palavras textuais do governante paraibano – não se transformaram em faces de agitação subversiva porque a política do governo tem sido, até agora, a de admiti-las dentro de uma filosofia realista e nas condições permitidas pelo grau de maturidade social e política como grupos de pressão democraticamente formados .

Um dos eventos que repercutiu intensamente no Estado e no país foi a concentração dos camponeses no dia 1º de maio de 1962. Esse encontro que reuniu não só militantes, como políticos, jornalistas, estudantes, simpatizantes e adversários, se transformou em uma demonstração da capacidade de organização e mobilização desempenhada pelos trabalhadores rurais. Sobre a concentração histórica de trabalhadores rurais e urbanos no 1º de maio Assis Lemos de Souza (1996:79) relata que

Logo que clareou, começaram a chegar a João Pessoa, caminhões lotados de camponeses, vindos de todas as Ligas do Estado, que se dirigiam ao pátio em frente à Estação Ferroviária, local previamente escolhido como ponto de encontro dos homens do campo. Foram alugados pelas Ligas mais de 300 caminhões. Somente de Sapé, Mari, Mamanguape, Rio Tinto e Guarabira saíram mais de 200. De Santa Rita, Cabedelo, Bayeux e Lucena, os camponeses vieram de trem. Calculou-se que cerca de 20 mil camponeses se deslocaram até João Pessoa, em caminhões, ônibus e trem. Outras 20 mil pessoas que compareceram eram operários, estudantes, funcionários públicos, donas de casa, gente da Capital e outras cidades que se deslocaram para o Parque Solon de Lucena, mais conhecido como Lagoa. A frente e os lados do Cassino da Lagoa, que serviu de palanque, foram tomados pela multidão .

A postura assumida pelo Estado paraibano através de seu líder apresenta-se em dois sentidos principais. Um que diz respeito ao discurso de que os camponeses são irmãos, e portanto, deveriam contar com o apoio e a solidariedade de toda a Paraíba. Em uma segunda linha de argumentação estava a defesa urgente da Reforma Agrária. Uma das claras demonstrações dessa postura do governador se deu, justamente, na concentração de 1º de maio.

Nessa concentração, a presença do Governador foi utilizada para transparecer uma idéia do apoio de todo o Estado a causa dos camponeses, ao mesmo tempo em que dava a entender o caráter pacífico do movimento. Diante dos camponeses, Gondim proferiu o seguinte discurso

(...) Preferi tomar parte nessa concentração comemorativa do dia universal do trabalhador a defender uma posição omissa e distante, recolhido aos bastidores das conveniências locais. Quantos desejosos de fazê-lo, temem, e no temor, estimulam o equivoco dos conceitos. Temem o que de si digam ou pensem, sem uma palavra ou gesto de resposta, sem desfrutar sequer uma mensagem íntima de tranqüilidade, que não se defere a dúbios e a calculistas. Confundem o diálogo das ruas e o livre debate com o fomento de ódios na luta de classe, e, na mistura de juízos precipitam as conclusões. No final, antes que peçam ou se ofereçam a julgamentos são condenados.

Aqui, nesse primeiro e memorável encontro dos bravos trabalhadores do campo e da cidade a minha posição, humanamente a mesma, humanamente a vossa, é entretanto, circunstancialmente diferente, por vezes mais delicada que a de outros companheiros.(...). O

movimento operário, na sua grandeza universal, onde inseparavelmente sois agentes e beneficiários, não pode mais sofrer paradas nem recuos, e está em vós próprios a segurança deste processo de profundidade e de expansão .

Anteriormente a concentração de 1º de maio, em telegrama dirigido ao Presidente Jango e ao Primeiro Ministro Tancredo Neves, em 21 de abril, logo após a morte do líder das Ligas de Sapé, João Pedro Teixeira, Gondim relata a crise que se estava avolumando no Nordeste. Nas palavras do Governador, a reforma deveria vir urgentemente, uma vez que os acontecimentos na região, sobretudo os embates com morte entre camponeses e proprietários se intensificavam. Gondim ressalta a confiança do povo paraibano na pronta ajuda do Estado implantando as tão ansiadas reformas e findando com o problema da concentração da terra e da espoliação do homem do campo. No telegrama, o Governador apresenta que

(...) Quatro incidentes marcados e maculados com o sangue irmão, onde não faltou sequer a figura covarde e hedionda da emboscada extremaram a luta de classe entre humildes camponeses e os senhores de terra. Não nos tem faltado vigilância, insuspeição e energia na apuração dos fatos e identificação dos culpados perante a justiça, o que não basta nem satisfaz num problema que já transcende o legal e o jurídico. Superada a fase de preparação política, marcharemos, resolutos, para as reformas básicas, onde, então, se confirmarão ou se negarão propósitos. (...) Em nome do povo paraibano, renovamos, nas pessoas de Vossas Excelências, aos demais patrícios, homens públicos e autoridades da República, a nossa confiança na urgente adoção de medidas que coloquem o homem brasileiro no centro e no exercício de sua dignidade cristã, obrigações e deveres, sob a égide das grandes reformas, que todos proclamam e defendem, como num coro cerimonial ...

Através da fala de Gondim neste telegrama, notamos a presença de uma das mais recorrentes referências feitas por ele aos camponeses. O Governador defendia a idéia de irmanação entre os homens. Irmanação justificada no princípio de cristandade que permeia o imaginário religioso nordestino, e que não aceitava a violência da perseguição aos camponeses e o derramamento de sangue pela disputa de propriedades. Diante desse quadro alarmante de conflito, o Chefe do Executivo paraibano reitera sua confiança nas reformas, como se estas pudessem ser as portas que reabririam o caminho da humanidade e da paz perdida pelos homens na disputas materiais.

As palavras proferidas por Gondim no comício de 1º de maio, bem como sua presença ao lado dos trabalhadores foi apontada pelos jornalistas Hélio Zenaide (1993) e Severino Ramos (1989) como o ápice da demonstração de compromisso social e popular do Governador. Através de sua fala, Gondim demonstrava, na leitura dos autores citados, seu envolvimento com a causa dos camponeses, resistindo, inclusive, às críticas proferidas pela oposição. Gondim manifesta publicamente nesse evento sua solidariedade e seu apoio à organização civil e popular dos trabalhadores do campo e da cidade, atestando a legitimidade de tal manifestação reivindicatória. Ali reunidos, *“os bravos trabalhadores do campo e da cidade”* demonstravam sua disposição em defender suas posições e seus direitos, necessidades para as quais o poder público não mais poderia virar as costas. Como vimos, as palavras do Governador apontavam para o fato de que: *“O movimento operário, na sua grandeza universal, onde inseparavelmente sois agentes e*

beneficiários, não pode mais sofrer paradas nem recuos, e está em vós próprios a segurança deste processo de profundidade e de expansão”.

Em seu discurso perante os trabalhadores do campo e da cidade, o Governador encenou mais uma vez a sua defesa em prol do direito de organização dos trabalhadores rurais, atestando a legalidade de tal concentração. Novamente menciona que os homens são irmãos e como tais devem se ajudar mutuamente e devem se compadecer com as mazelas e os sofrimentos uns dos outros. Gondim enalteceu as instituições sociais, como a família e a Pátria.

Na fala de Gondim, percebemos a defesa de uma identificação com a causa dos camponeses que, como trabalhadores, estavam legitimamente se articulando na defesa de seus direitos. Segundo Gondim, as críticas que se voltavam para os camponeses e para ele mesmo partiam de homens que não aceitavam “a luta do povo”, que não viam nesta legitimidade, relevância e necessidade. Quanto aos que viam no movimento dos camponeses ares de sublevação e anarquia, Gondim é enfático ao afirmar que se trata de *juízos precipitados*.

Com relação a defesa das *reformas urgentes*, Gondim contou com o apoio prestimoso dos editoriais de *A União*, que trazia discursos enfáticos com relação a necessidade preeminente da Reforma Agrária. Em um desses editoriais, o Jornal chega a ser sarcástico com o Congresso Nacional, fazendo chacota com o lento processo de votação no qual estava a tramitar o processo da Reforma Agrária. O Editorial traz que

Assunto de tamanha relevância e necessidade pública, no entanto, se arrasta num compasso lento e emperrado, como um caminhar dolente de tartaruga, parecendo mais uma deliberação acertada, que se destina e tem por objetivo vencer a resistência coletiva, pela exaustão e pelo cansaço.

Ao que parece, ninguém se apercebe, nem se esforça por compreender, a gravidade da situação nacional, que apresenta, cada dia que passa, sintomas mais alarmantes, perigosos e inquietadores, porque os focos de agitação se ampliam e se multiplicam de forma assustadora. A miséria que vivem milhões de brasileiros abandonados e largados nos campos e nas zonas rurais não têm, nem dispõem de fôlego para esperar que banqueiros, industriais e milionários e latifundiários, udenistas, pessedistas, trabalhistas e de outras siglas partidárias, bem nutridos, bem acomodados e melhor servidos, resolvam se ajustar à realidade social e econômica do País, tomando as providências que possam evitar as explosões populares de camponeses e operários, saturados de tanta exploração e de tanto sofrimento.

(...)

O Brasil e as autoridades responsáveis pela segurança social, política e administrativa desta grande Pátria que tanto amamos e desejamos conservar unificada e preservada de ingerências estranhas (...).

As reformas de base não podem ser retardadas ou proteladas. Os camponeses, pacificamente, precisam de terra para trabalhar e produzir. Os operários e a gente pobre das grandes cidades e dos grandes centros industriais necessitam de melhores condições de vida,

Nesse editorial notamos a presença de argumentos que se inclinam para justificar a possível radicalização da luta dos trabalhadores, caso o Congresso e os administradores da Nação continuassem a negligenciar o socorro a estes setores.

Segundo os editoriais, sobretudo no ano de 1963, podemos perceber como as agitações no Estado se avolumavam. Apareciam resumos da crise que se alastrava pelo Nordeste brasileiro, e

apelava-se para as prontas soluções, uma vez que todos desejam evitar o conflito e a inquietação social.

O Editorial do dia 14 de fevereiro apela para que “*Evitemos o Caos*”. O texto, após remeter o leitor às agitações que se iniciaram nos engenhos de Pernambuco, alcançando o Maranhão, e depois envolvendo também a Paraíba, passa a propor possíveis soluções para que os saldos de mortes e destruições não continuassem a se alastrar, pois tais eventos descaracterizavam o patriotismo e o amor à pátria do homem nordestino. Sobre as medidas necessárias para o fim do “caos”, o editorial sugere que

Nessa altura, não se pode ter a ingenuidade de pensar que as agitações que se estão registrando no País, sejam obras do acaso. Força é convir que algo de planejado e organizado está em marcha e em plena execução, (...).

Ainda há tempo de evitar os excessos e deter a marcha da anarquia que se multiplica e se alastra por todo o País.

(...).

Ainda há tempo de corrigir os erros, esbarrar a agitação e garantir a paz e a tranqüilidade da família brasileira. (p.3)

No entanto, havia uma singularidade nessas apresentações de *A União*. O discurso do Jornal buscava negar a revolução de caráter comunista. Em editorial de 30 de Janeiro de 1963, *A União* apresentava que a situação do Nordeste em nada se aproximava de um reduto de comunistas, mas que, ao contrário, o que se tinha no Nordeste era um grande número de pessoas famintas. Uma coisa que nos chama a atenção nesse editorial é a defesa do argumento de que o homem nordestino tem um apreço histórico pela liberdade, pela democracia e pela legalidade, e que mesmo em condições humanas tão adversas esses princípios culturais e históricos seriam preservados. Vejamos o teor do conteúdo presente no editorial

Ninguém neste país possui mais arraigado sentimento de patriotismo, respeito às instituições, amor à liberdade, convicções democráticas e obediência à legalidade e à ordem, além do mais profundo sentimento religioso e cristão, do que o homem sofrido e maltratado deste infeliz Nordeste, entregue a própria sorte, em séculos de vivência histórica desta terra brasileira .

A União apresenta em primeira página do dia 1º de Setembro de 1963 um pronunciamento feito pelo Governador no Rio de Janeiro no qual Gondim afirma categoricamente que: “*Não existe intranqüilidade no meu Estado*”. Na entrevista aos jornalistas cariocas, Gondim esclarece quanto a alguns acontecimentos ocorridos no Estado, como a agressão ao Jornalista Benedito Souto, bem como o assassinato do prefeito da cidade de Bonito de Santa Fé, o Sr. José Dias. O Governador, que desde o dia 19 de agosto encontrava-se ausente do Estado, apresentou, de forma enfática, que enquanto administrador da Paraíba não tinha conhecimento de clima de intranqüilidade no Estado. Gondim afirmou ainda estar surpreso com as notícias que vinham sendo divulgadas pelos jornais cariocas. O Governador fez referência a ordem que havia sido mantida no Estado mesmo em meio as eleições municipais de agosto; quando as acusações lançadas pela oposição em meio a insegurança que os dois acontecimentos mencionados

geraram, Gondim se mostrou seguro de suas convicções como defensor das instituições e dos direitos democráticos. O governador afirmou que

Não temo acusações que visam a desfigurar o meu comportamento democrático e altos propósitos administrativos. Não tenho, nesse segundo governo, orientação diferente da do primeiro, quando então integrante dos quadros do PSD, presidi pleitos que resultaram na eleição do senador Ruy Carneiro e do ministro Abelardo Jurema, merecendo destes os mais reiterados aplausos e agradecimentos.

Quando os jornalistas insistem nos acontecimentos mencionados do assassinato do prefeito e da agressão ao jornalista, o Governador, tangencia a resposta dizendo que: *“Não quero, por previdência e zelo, pronunciar-me sobre fatos subseqüentes ao meu afastamento e transferência do governo, mesmo porque de tudo aguardo relatório já solicitado”* .

À medida que as notícias de insegurança e de violência no campo avolumavam-se, não só na Paraíba, como no país de uma forma geral, o Governador através de *A União*, insistia e reafirmava a apresentação da ordem e da manutenção da paz no Estado. Em editorial de 20 de dezembro o Jornal aborda que

A NENHUMA crítica é facultado o direito de negar o interesse constante do Governador Pedro Gondim em manter a tranqüilidade em todo o território paraibano. A paz e a ordem tem sido preservadas em todo o Estado. O direito constitucional dos cidadãos e as liberdades de pensamento e de ação podem ser amplamente exercidos por todas as agremiações e partidos. Político de tradição em nossa terra, homem acostumado às asperezas dos embates partidários, militando na oposição ou desempenhando os mais altos cargos administrativos, o governador Pedro Gondim jamais foi de tolerar excessos ou estimular provocações e tumultos.

(...)

Não temos – é certo – a pretensão e a veleidade de afirmar que abusos não são cometidos, provocações não são feitas, desordens não são provocadas, nos dias agitadores que vivemos, onde o ódio, a falta de ponderação e de benção conduzem os homens ao caminho da violência. (...).

O que queremos certificar – sem temor de contestação – é a posição do governador Pedro Gondim diante desses acontecimentos, jamais consentindo ou tolerando excessos, jamais cruzando os braços ou virando o rosto, jamais ficando indiferente ou apático, jamais faltando com a autoridade e a justiça, quando a ação do Governo se faz necessária. (...).

Na Paraíba, não se pode dizer, sem prejuízo da verdade, que um apelo à autoridade governamental tenha recebido o silêncio ou o indiferentismo como resposta. Na Paraíba – queiram ou não queiram – existe democracia e respeito, existe tranqüilidade, paz social e garantia à liberdade de todo cidadão .

Esses acontecimentos, apesar de convulsionarem drasticamente a Paraíba, deram margem à montagem de apresentações e manifestações políticas do Governador Pedro Gondim, baseadas em elementos de grande apelo emocional e valorativo, cuja força de mobilização respaldava-se em elementos já conhecidos pelos paraibanos. O momento político no qual se desenrolou a administração Gondim nos fornece subsídios para perceber como um governo se comporta frente a situações delicadas, com organizações populares que conturbam a ordem, que geram desconforto na maioria das camadas que formam a sociedade, mas que, pelas relações políticas em jogo, não podem ser ignoradas pelo poder público, e este, envolto sempre na busca pela defesa da paz e das instituições, reconhecendo a importância das contestações

que estão sendo levantadas, se relaciona, dialoga e sobe no mesmo palanque com estes sujeitos para debater problemas e propor soluções.

Desse modo, na atuação de Gondim frente aos movimentos sociais na Paraíba, sobretudo as Ligas, transparece a complexidade das posições do Governo, uma vez que este se declara comprometimento com a causa em questão, mas não rompe com as inseguranças do “conservadorismo”, a partir de suas declarações preocupadas em manter as relações institucionais, ao mesmo tempo em que temia que os camponeses adentrassem no descaminho da “revolução”, corrompendo a legitimidade de sua luta política.